

EDUCAÇÃO E GÊNERO



Data de atualização: 05/2019

Educação e gênero

Gênero refere-se ao conjunto de características diferenciadas que cada sociedade atribui a homens e mulheres. Define e hierarquiza papéis, expectativas e direitos. Em nossas sociedades, o gênero é baseado em relações de poder desiguais que limitam o exercício dos direitos, fundamentalmente das mulheres e também de alguns homens.

A UNESCO define igualdade de gênero como a situação na qual “mulheres e homens gozam do mesmo status e têm as mesmas oportunidades de exercer plenamente seus direitos humanos e seu potencial, a fim de contribuir para o desenvolvimento nacional, político, econômico, social e cultural e de se beneficiar de seus resultados”.

A maioria dos países latino-americanos elaborou planos para equalizar oportunidades entre homens e mulheres ou políticas para as mulheres, dando conta dos esforços dos Estados para lidar com as múltiplas desigualdades ainda em vigor. Em termos gerais, os eixos estratégicos apresentados nesses documentos tratam de economia (emprego, riqueza, feminização da pobreza), saúde (com ênfase na saúde sexual e reprodutiva e acesso a contraceptivos), educação (analfabetismo, acesso, hiatos por nível, uso de TIC), violência e seu impacto nas diferentes esferas da vida e em meninas e meninos, participação política e posições de poder, desenvolvimento sustentável e segurança alimentar. Em menor grau, a corresponsabilidade familiar e a conciliação familiar/profissional, a cultura e a comunicação, o desenvolvimento de práticas esportivas, o acesso à moradia e a igualdade jurídica também são mencionados.

Por outro lado, a igualdade de gênero na educação não é apenas uma preocupação dos Estados, mas uma das demandas centrais de diversas organizações internacionais. Desde a [Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento](#) (Cairo, 1994)¹ até os [Objetivos de](#)

¹ Propõe o objetivo de “garantir que todas as mulheres, como os homens, recebam a educação necessária para satisfazer suas necessidades humanas básicas e exercer seus direitos humanos” (4.3, c). No ano seguinte, a [Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres](#) (Pequim, 1995) fortalece o compromisso de “promover um desenvolvimento sustentado voltado para o ser humano, inclusive o crescimento econômico sustentável, por meio da oferta, às mulheres e meninas, de educação básica, educação permanente, alfabetização, treinamento e cuidados primários de saúde” (ponto 27) e “assegurar, em benefício dos homens e das mulheres, igualdade de acesso e de tratamento em matéria de educação e cuidados de saúde, e melhorar a saúde sexual e reprodutiva e a educação das [1]mulheres” (ponto 30). Tanto essas conferências quanto aquelas que as sucederam conseguiram colocar na agenda pública a igualdade de gênero e os problemas enfrentados pelas mulheres em diferentes esferas. Também contribuíram para a promoção de reformas, políticas e marcos regulatórios nos Estados-membros, com o objetivo de trabalhar pela igualdade de gênero.

Desenvolvimento Sustentável (2016),² a ênfase tem sido colocada na necessidade de garantir a educação de homens e mulheres. Atualmente, é um dos objetivos estratégicos da UNESCO e da Agenda 2030. O Objetivo 4.5 insta os Estados a “eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade”.

O Objetivo 10 da Agenda 2030 insta os Estados a reduzir a desigualdade entre países e dentro de seus próprios territórios. O Objetivo 10.3 promove “garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito”.

Disparidade de gênero na educação. Diagnóstico dos países

A maioria dos países destaca, em seus documentos de planejamento, o progresso feito em termos de gênero, com foco na redução das diferenças entre homens e mulheres nos diferentes níveis do sistema educacional. Nos níveis inicial, básico e médio, em geral, não são observadas diferenças por sexo no acesso. Inclusive, nos últimos anos, houve um aumento notável na entrada das mulheres no nível superior. No entanto, ao analisar com maior profundidade a realidade educacional de homens e mulheres, evidenciam-se alguns núcleos problemáticos baseados em papéis e estereótipos de gênero. Assim é mencionada, por exemplo, a distinção sexista no caso de razões para abandono, principalmente na educação secundária: enquanto os homens param de estudar para entrar no mercado de trabalho, as mulheres o fazem por razões de cuidado, seja com seus filhos, irmãos mais novos ou outros membros dependentes da família.

Em termos de currículo, por outro lado, alude-se à dificuldade de modificar as práticas profissionais com uma perspectiva de gênero, na medida em que persiste um currículo sexista e estereotipado oculto, e se destaca tanto a atenção diferenciada por parte dos professores quanto as diferentes expectativas para homens e mulheres.

Alguns países mencionam o desempenho desigual dos estudantes em testes internacionais com base em padrões de gênero, uma vez que as mulheres obtêm melhores resultados em leitura e os homens, em matemática e ciências. Isso está relacionado a outro núcleo problemático, que é a escolha das carreiras, pois as mulheres continuam a ser maioria nas carreiras tradicionalmente femininas (como o magistério e a enfermagem, entre outras), menos remuneradas e que não fazem parte das atividades produtivas mais

² São 17 os objetivos estabelecidos com metas para 2030, baseados nas questões pendentes na conclusão dos [Objetivos de Desenvolvimento do Milênio](#) (1999-2015).

dinâmicas dos países. Também se manifesta na escassa matrícula de mulheres em cursos de formação técnica vocacional e em especializações tecnológicas, em qualquer de seus níveis. Uma avaliação reiterada pelos Estados é sobre o maior analfabetismo entre as mulheres e as desigualdades urbano-rurais e étnicas, que se expressam mais fortemente entre as mulheres camponesas e as comunidades indígenas.

Foco de gênero na educação

A partir da revisão articulada dos planos de educação e dos planos destinados a reduzir as desigualdades entre homens e mulheres, observa-se que, na perspectiva da promoção da equidade educacional, a abordagem de gênero entrou na pauta dos governos sob pelo menos cinco formas diferentes.

Princípio orientador. A integração da abordagem de gênero é um objetivo declarado em praticamente todos os planos considerados. Assim, promove-se a consideração da perspectiva de gênero durante a elaboração, implementação e avaliação de estratégias nacionais de desenvolvimento, políticas e intervenções destinadas a garantir o direito à educação. Em alguns países, a abordagem de gênero também coexiste com os princípios de interculturalidade, multilinguismo, justiça social e não violência. Nesse sentido, destaca-se a importância da abordagem de gênero, a fim de eliminar ou reduzir a discriminação contra as mulheres e garantir um acesso equitativo aos diferentes níveis educacionais; para diminuir outras formas de discriminação e desigualdade, como as diferenças de trabalho e outros aspectos relacionados a renda e riqueza não apenas entre mulheres e homens, mas também entre mulheres (destacando as desigualdades desvantajosas que persistem para as mulheres que vivem no campo, mulheres indígenas, de menor nível socioeconômico, entre outros); e considerar o sistema educacional como um motor de mudança cultural em busca de uma sociedade mais equitativa. Como exemplo, no Plano Setorial de Desenvolvimento Integral da Educação para o Bem-Estar 2016-2020 (2017), da Bolívia, afirma-se:

“Um dos desafios fundamentais para o planejamento e a gestão no setor da educação é cumprir seu propósito de contribuir para a construção de um ser humano integral [...]. Isso implica a necessidade de consolidar processos educacionais e formativos que produzam uma nova consciência crítica e transformadora da realidade nos e entre os sujeitos, como atores sociais comunitários protagonistas da mudança; isto é, recuperar o sentido de comunidade, capaz de confrontar e superar a existência de condições de dominação, exploração, discriminação ou exclusão; forjar esse sentido através do diálogo e da prática, do pleno exercício dos direitos, em todos os espaços de convivência, da despatriarcalização nas relações de gênero, da libertação e da descolonização dos esquemas materiais mentais e culturais, e a busca de igualdade e equidade, de justiça e dignidade, em todas as áreas da vida”.

Currículos e materiais educacionais. Transversalizar a abordagem de gênero no sistema educacional significa, entre outros aspectos, colocar os conteúdos e orientações das práticas educacionais em foco. Nos planos, propõe-se introduzir mudanças no currículo, em particular, incorporar conteúdos relacionados à educação sexual integral e à promoção de práticas pedagógicas que respeitem as diferenças entre os gêneros e visem questionar estereótipos. Propõe-se eliminar o uso da linguagem sexista em textos e materiais de ensino. Em alguns casos, os editores são instados a elaborar os textos em premissas desterradas e não sexistas. Especificamente, o caso do Programa do Setor de Educação do México 2013-2018 afirma que “as escolas devem produzir aprendizagens significativas sem estereótipos de gênero em todos os alunos, da entrada à conclusão”. Outro tema a ser modificado em materiais educativos é o papel atribuído às mulheres na história e nos acontecimentos políticos, científicos e artísticos dos países.

Sensibilização e capacitação em gênero. Os diretores, professores, pais e outros agentes da comunidade educacional são atores centrais para a remoção de representações e práticas que recriam e sustentam a desigualdade de gênero nos sistemas nacionais de educação. Nos planos, promove-se a incorporação da abordagem de gênero na formação inicial e na formação em serviço dos docentes. Propõe-se a realização de campanhas de difusão e capacitação em massa no ambiente educacional, destinadas, entre outros, a pais, mães e estudantes. Os tópicos a serem abordados incluem a desnaturalização dos papéis e estereótipos de gênero e a prevenção do assédio e da violência contra meninas, mulheres e pessoas LGBT, incluindo ferramentas para lidar com situações de violação de direitos e protocolos que sistematizem os passos a serem seguidos nas instituições escolares. As capacitações de gênero estendem-se a organizações governamentais e não governamentais, conforme expresso no Panamá, onde, por meio do Decreto Executivo nº 36/2009, foi criado o Sistema Nacional de Capacitação de Gênero (SNCG), ligado ao Instituto Nacional de Mulheres, cujo objetivo é fortalecer a capacidade das organizações governamentais e não governamentais de incorporar a curto e longo prazo a perspectiva de gênero na formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas, programas e projetos destinados à igualdade de oportunidades para as mulheres.

Equidade e inclusão. No ambiente educacional, a desigualdade de oportunidades entre os gêneros é articulada e fortalecida quando se cruza com outros fatores de desigualdade. As mulheres que residem em áreas rurais, mulheres indígenas e afrodescendentes, aquelas expostas a deficiências materiais persistentes e as grávidas constituem, entre outros, subgrupos particularmente desfavorecidos dentro do grupo de mulheres. Nos planos, incentiva-se a formulação e implementação de políticas e intervenções específicas que, do ponto de vista de gênero, sejam sensíveis à heterogeneidade das situações em que as mulheres latino-americanas se encontram. Nesse sentido, destaca-se o esforço para reforçar os transportes, a

infraestrutura e a oferta de programas de bens e serviços que evitem a interrupção das trajetórias escolares devido às diversas situações de vulnerabilidade.

No caso das meninas e adolescentes grávidas, os países desenvolveram diferentes estratégias de flexibilização durante o curso, para evitar a exclusão de instituições, em alguns casos até mesmo regulamentações específicas foram sancionadas (como a Lei nº 25.584 da Argentina, que proíbe, nos estabelecimentos de ensino público, qualquer ação institucional que impeça a iniciação ou continuidade do ano escolar a estudantes grávidas); diretrizes para o desenho, formulação e desenvolvimento de estratégias integrais para reduzir a gravidez na adolescência (como aconteceu na Colômbia, através do documento Conpes Social nº 147/2012); ou o Pacto do Governo Nacional do Equador, com o objetivo de formular um plano de ação sobre a gravidez na adolescência a ser disseminado entre organizações de crianças e adolescentes, governos estudantis, unidades educacionais e funcionários dos ministérios.

Outro exemplo é a Política Nacional para a Promoção e o Desenvolvimento Integral da Mulher e Plano de Igualdade de Oportunidades 2008-2023 da Guatemala, que trabalha conjuntamente com as desigualdades de gênero e etnia na área de Equidade Educativa com Relevância Cultural e visa, entre outros objetivos, garantir a entrada, permanência e cobertura educacional de meninas, adolescentes, mulheres jovens e mulheres maias, garifunas, xinkas e mestiças, em todos os níveis do sistema nacional de ensino, dando prioridade específica às mulheres sobreviventes do conflito armado interno.

Estratégias de equiparação. Quando a desigualdade de acesso é resolvida na educação infantil, primária e secundária, os Estados podem se dedicar outras estratégias de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, como acesso equitativo a diferentes carreiras, articulação com outros atores em nível intraministerial, regional ou com organizações especializadas, a revisão dos cargos de gestão e subdireção no sistema educacional, a desagregação dos resultados da avaliação da aprendizagem escolar e a incorporação da variável gênero nos indicadores de desenvolvimento pessoal e social nas medições de qualidade.

O Plano Nacional de Educação tem como objetivo estimular a participação de mulheres em cursos de pós-graduação, em particular, aqueles ligados às áreas de Engenharia, Matemática, Física, Química, Ciência da Computação e outras áreas da ciência. Outra iniciativa que exemplifica os esforços para equalizar oportunidades para mulheres e homens é a descrita no Programa Setorial do México, que visa promover a extensão da licença-paternidade, procurando fazer com que o papel e o estereótipo de gênero no cuidado e na formação dos filhos se transforme e não impeça que mulheres gestoras, docentes e administrativas sejam promovidas a outros cargos de nível superior, nem impacte no absentismo das mulheres na sala de aula.

Em menor grau, mas de grande centralidade para a efetiva incorporação da abordagem de gênero e sustentabilidade nas políticas e programas, há o desenvolvimento de instituições, isto é, unidades de gênero dentro dos ministérios da educação, dedicadas trabalhar as desigualdades nos diferentes níveis e articular com outras dependências estatais. Um exemplo é a [Unidade de Igualdade de Gênero](#), no Ministério da Educação do Chile, que iniciou o trabalho da Comissão “Por uma Educação com Equidade de Gênero”, cujo objetivo é diagnosticar as diferenças que possam existir entre homens e mulheres, nos diferentes níveis educacionais, e avançar para orientações e propostas que permitam enfrentar os problemas que afetam a igualdade de oportunidades.

Intervenções com foco em gênero

A política educacional é composta pelo conjunto articulado, regulamentado e dirigido de investimentos, bens, serviços e transferências que os Estados visam garantir o direito à educação. A seguir, destacam-se algumas intervenções que, somadas às citadas nos parágrafos anteriores, evidenciam a incorporação da perspectiva de gênero no planejamento das intervenções dos Estados latino-americanos.

Denominação	Ênfase em gênero
<p>“Programa Comunidades Solidárias” (“Programa Comunidades Solidárias”, em tradução livre) (El Salvador)</p>	<p>Busca promover a participação ativa de meninas, adolescentes e mulheres adultas, com o objetivo de reduzir as disparidades de gênero, tanto em relação à sua condição de vida quanto à sua posição e seu reconhecimento social. O componente do bônus de educação visa promover a diminuição do abandono escolar no terceiro ciclo e no <i>bachillerato</i>³, bem como a desigualdade de gênero na educação secundária. Também busca reincorporar ao sistema escolar as mães adolescentes que abandonaram a escola.</p>
<p>“Programa Vida Mejor” (“Programa Vida Mejor”) (Honduras)</p>	<p>Seu objetivo é promover uma melhor qualidade de vida para as famílias que vivem em situação de pobreza nas áreas urbanas do país e, assim, garantir o acesso à educação para meninas e meninos hondurenhos. Em termos gerais, o bônus é recebido por mulheres, sejam ou não chefes de família.</p>
<p>“Programa de Becas de Apoyo a la Educación Básica de Madres Jóvenes y Jóvenes Embarazadas” (“Programa de Bolsas de Apoyo à Educação Básica de Jovens Mães e Grávidas”) (México)</p>	<p>É mais um componente do “Programa Nacional de Becas” (“Programa Nacional de Bolsas de Estudo”), que visa contribuir para uma maior cobertura, inclusão e igualdade educacional entre todos os grupos da população para a construção de uma sociedade mais justa, através da concessão de bolsas de estudos para meninas e jovens em situação de vulnerabilidade agravada pela gravidez e maternidade.</p>
<p>“Red Nacional de Cuido” (“Rede Nacional de Cuidado”). Estratégia de inserção de pais e mães no mercado de trabalho ou na educação, de acordo com o disposto na Lei nº 9.220, de 25 de setembro de 2017 (Costa Rica)</p>	<p>A estratégia é orientada por três princípios orientadores: universalidade, corresponsabilidade social e intersetorialidade; bem como por dois enfoques: direitos humanos e gênero. Um dos objetivos da Lei nº 9.220, Rede Nacional de Assistência Infantil e Desenvolvimento, é garantir que os serviços de assistência e desenvolvimento infantil permitam a integração trabalhista e educacional dos pais.</p>

³ Termo original em espanhol que, em El Salvador, corresponde ao segundo nível da educação secundária (CINE 3).

<p>“Política de Equidad de Género de la Universidad de El Salvador” (“Política de Igualdade de Género da Universidade de El Salvador”) (El Salvador)</p>	<p>Seu objetivo é estabelecer diretrizes precisas que permitam a institucionalização da perspectiva de gênero dentro da universidade, a fim de erradicar do contexto universitário todas as práticas discriminatórias contra as mulheres.</p>
--	---

Planos de educação e planos para equalizar as oportunidades entre mulheres e homens. América Latina, 19 países

País	Plano de Educação	Planos para equalizar oportunidades entre mulheres e homens
Argentina	“Argentina Enseña y Aprende. Plan Estratégico Nacional 2016–2021” (“Argentina Ensina e Aprende. Plano Estratégico Nacional”)	“Plan Nacional de Acción para la Prevención, Asistencia y Erradicación de la Violencia contra las mujeres (2017–2019)” (“Plano Nacional de Ação para a Prevenção, Assistência e Erradicação da Violência contra as Mulheres (2017–2019)” – Instituto Nacional de las Mujeres
Bolívia (EP)	“Plan Sectorial de Desarrollo Integral de Educación para el Vivir Bien 2016–2020” (“Plano Setorial de Desenvolvimento Integral da Educação para Viver Bem 2016–2020”)	“Plan Nacional para la Igualdad de Oportunidades” (“Plano Nacional para Igualdade de Oportunidades”) “Mujeres Construyendo la Nueva Bolivia para Vivir Bien” (“Mulheres Construindo a nova Bolívia para Viver Bem”) (Ministério da Justiça e Vice-Ministério de Género e Assuntos Geracionais)
Brasil	Plano Nacional de Educação 2014–2024	Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2013–2015 (Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres)
Chile	“Plan de Aseguramiento de la Calidad Escolar 2016–2019” (“Plano para Asseguramento da Qualidade Escolar 2016–2019”) “Plan de Mejoramiento Educativo 2017” (“Plano de Melhoría Educacional”)	“Cuarto Plan Nacional de Igualdad entre Mujeres y Hombres 2018–2030” (“Quarto Plano Nacional de Igualdade Entre Mulheres e Homens 2018–2030”) (Ministério da Mulher e da Igualdade de Género)
Colômbia	Plan Nacional Decenal de Educación 2016–2026, “Un camino hacia la calidad y equidad” (Plano Nacional	Alinhamentos da Política Pública Nacional de Equidade de Género para as Mulheres (Presidência. Alta Comissão para a Equidade das

	Decenal de Educação 2016–2026, “Um caminho para a qualidade e equidade”)	Mulheres)
Costa Rica	Política Educativa “La persona: centro del proceso educativo y sujeto transformador de la sociedad” (“A pessoa: centro do processo educacional e sujeito transformador da sociedade”)	Política nacional para a igualdade efetiva entre mulheres e homens PIEG 2018–2030 (Instituto Nacional da Mulher)
Cuba	<i>No há registro.</i>	“Plan de Acción Nacional de Seguimiento a la Conferencia de Beijing 1997” (“Plano de Ação Nacional de Seguimento da Conferência de Pequim 1997”) (<i>Gaceta Oficial de la República de Cuba</i>)
Equador	“Plan Decenal de Educación del Ecuador 2006–2015” (“Plano Decenal de Educação do Equador 2006–2015”)	Agenda Nacional de Mulheres e Igualdade de Gênero (Comissão de transição para a definição de instituições públicas que garantam a igualdade entre homens e mulheres)
	Proposta da comunidade educacional para o novo plano de educação de 10 anos 2016–2025	
El Salvador	“Plan El Salvador Educado. Por el derecho a una educación de calidad” (“Plano El Salvador Educado. Pelo direito a uma educação de qualidade”)	Agenda Nacional de Mulheres e Igualdade de Gênero (Comissão de transição para a definição de instituições públicas que garantam a igualdade entre homens e mulheres)
	Eixos Estratégicos do “Plan Nacional de Educación en Función de la Nación 2014–2019” (“Plano Nacional de Educação em Função da Nação 2014–2019”)	
Guatemala	“Plan Estratégico de Educación 2016–2020. Comprometidos con la educación” (“Plano Estratégico de Educação 2016–2020. Comprometidos com a educação”)	“Política Nacional de Promoción y Desarrollo Integral de las Mujeres y Plan de Equidad De Oportunidades 2008–2023” (“Política Nacional de Promoção e Desenvolvimento das Mulheres e Plano de Igualdade de Oportunidades 2008–2023”) (<i>Secretaria Presidencial da Mulher</i>)
Honduras	“Plan Estratégico del Sector Educación 2017–2030” (“Plano Estratégico do Setor Educação 2017–2030”) (em desenvolvimento)	“II Plan de Igualdad y Equidad de Género en Honduras 2010–2022 (II PIEGH)” (“II Plano de Igualdade e Equidade de Gênero em Honduras 2010–2022”) (Instituto Nacional da Mulher)

México	“Programa Sectorial de Educación 2013–2018” (“Programa Setorial de Educação 2013–2018”)	Programa para la Igualdad entre Mujeres y Hombres – Proigualdad – SRE 2015–2018 “Programa para Igualdade entre Mulheres e Homens – Proigualdad”) (Ministério dos Negócios Estrangeiros)/“Plan Nacional de Desarrollo 2013–2018: Programa Nacional para la Igualdad de Oportunidades y No Discriminación contra las Mujeres” (“Plano Nacional de Desenvolvimento 2013–2018: Programa Nacional para a Igualdade de Oportunidades e Não Discriminação contra as Mulheres”) (Governo da República)
Nicarágua	“Plan Estratégico de Educación 2011–2015” (“Plano Estratégico de Educação 2011–2015”)	“Programa Nacional De Equidad de Género: Decreto nº 36-2006” (“Programa Nacional de Equidade de Género”(Governo da República da Nicarágua)
Panamá	“Plan Estratégico del Ministerio de Educación 2014–2019” (“Plano Estratégico do Ministério da Educação 2014–2019”)	“Política Pública de Igualdad de Oportunidades para las Mujeres (PPIOM) 2012” (“Política Pública de Igualdade de oportunidade para as Mulheres”) (Instituto Nacional da Mulher)
Paraguay	“Plan Nacional de Educación al 2024” (“Plano Nacional de Educação até 2024”)	“III Plan Nacional de Igualdad de Oportunidades entre Mujeres y Hombres (2008–2017)” (“III Plano Nacional de Igualdade de Oportunidades para Mulheres e Homens”) (Secretaria da Mulher da Presidência da República – Fundo de População das Nações Unidas)
	“Plan Estratégico de Educación Paraguay 2020” (“Plano Estratégico de Educação Paraguai 2020”) Atualizado – “Bases para un pacto social” (“Bases para um pacto social”)	
Peru	“Proyecto Educativo Nacional al 2021. La educación que queremos para el Perú” (“Projeto Educacional Nacional até 2021. A educação que queremos para o Peru”)	“Plan Nacional de Igualdad de Género 2012–2017” (“Plano Nacional de Igualdade de Género 2012–2017”) (Ministério da Mulher e Populações Vulneráveis)
República Dominicana	“Plan Decenal de Educación de República Dominicana 2008–2018: Un instrumento de trabajo en procura de la excelencia educativa” (“Plano Decenal de Educação da República Dominicana 2008–2018:	Um instrumento de trabalho em busca da excelência educacional”) “Plan Nacional de Igualdad y Equidad de Género 2007–2017” (“Plano Nacional de Igualdade e Equidade de Género 2007–2017”) (Ministerio da Mulher)

Uruguai	"Programa Nacional de Educación 2010–2030" ("Programa Nacional de Educação 2010–2030") Contribuições da ANEP.	"Estrategia Nacional para la Igualdad de Género 2030" ("Estratégia Nacional para a Igualdade de Género 2030") (Conselho Nacional de Género)
Venezuela (RB)	<i>Non há registro.</i>	"Plan para la Igualdad y Equidad de Género Mamá Rosa 2013–2019" ("Plano para a Igualdade e Equidade de Género Mamá Rosa 2013–2019") (Poder Popular para a Mulher e a Igualdade de Género)

FONTE: SITEAL, com base em informações em sites oficiais de cada país.



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura



**Instituto Internacional de
Planejamento Educacional**
• IPE UNESCO Buenos Aires
• Escritório para a América Latina

SITEAL



EDUCAÇÃO E GÊNERO

